

## “E como não ser pornográfico?”

### Usos e sentidos da pornografia na imprensa brasileira dos oitocentos.

Erika Cardoso<sup>1</sup>

*Retomai, em seguida, à utilidade da moral: dai-lhes quanto a esse grande objeto muito mais exemplos que lições, muito mais provas que livros e deles fareis bons cidadãos; fareis deles bons guerreiros, bons pais, bons esposos; fareis deles homens tanto mais ligados à liberdade de seus país que nenhuma ideia de servidão poderá apresentar-se de novo a seu espírito, que nenhum terror religioso virá perturbar seu gênio. Assim o verdadeiro patriotismo eclodirá em todas as almas; nelas reinará com toda a sua força e toda a sua pureza, porque se tornará o único sentimento dominante, e porque nenhuma ideia estranha enfraquecerá sua energia.*  
Marquês de Sade

#### Introdução

Refletindo sobre as inúmeras e obstinadas tentativas de definir o termo *pornografia*, Walter Kendrick sugere, com ironia, que possivelmente aquela que mais se aproximou do sucesso foi a declaração de um membro da Corte Suprema dos Estados Unidos, Potter Stewart, que sentenciou: “eu a reconheço quando a vejo” (Kendrick, 1995:17). Para Bernard Arcand a pornografia pertence a uma classe curiosa de coisas que julgamos conhecer muito bem, mas somos incapazes de definir. Se por um lado temos a certeza de que a pornografia versa sobre as práticas sexuais, por outro nos confrontamos com a impossibilidade de definir que tipo de representação sexual se enquadra na categoria. “O que faz com que um objeto, uma imagem ou um gesto seja pornográfico, deixando assim de ser artístico, erótico, patológico, ingênuo ou qualquer outra coisa?” (Arcand, 1993: 26).

As reflexões que elaboro a seguir lançam essa questão sobre as primeiras definições e os primeiros *usos* do termo *pornografia* e seus derivados<sup>2</sup>, que se

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), com o apoio de uma Bolsa Capes. Esse trabalho é resultado das reflexões elaboradas a partir do projeto de pesquisa desenvolvido junto à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP), entre os anos 2015 e 2016.

popularizaram no Brasil ao longo das últimas duas décadas do século XIX. Optei por concentrar a análise aqui apresentada nos usos elaborados pela imprensa, por duas razões. Em primeiro lugar, a imprensa parece ter sido pioneira na adoção do termo e a partir da década de 1880 e o fez de forma sistemática, quase sempre com o intuito de desqualificar outros veículos impressos, o que me permite apreciar não somente o sentido com o qual se usava o termo, mas também o conteúdo sobre o qual recaía.

Além disso, creio que as definições e usos empregados pelos periódicos permitem uma aproximação mais íntima do cotidiano, uma vez que escapam às definições oficiais dos dicionários e enciclopédias, englobando percepções não raramente pessoais, atravessadas por posicionamentos políticos, religiosos e estéticos que influenciam, ao mesmo tempo em que são influenciados pelo ambiente público. Ao concentrar a análise nas duas últimas décadas do século XIX – embora me permitindo idas e vindas sempre que pertinente – eu procuro privilegiar o momento em que a própria ideia de pornografia desembarcava entre nós.

Atualmente há um consenso de que a pornografia indica a representação do ato e dos órgãos sexuais<sup>3</sup> e ainda que o debate em torno do tema prossiga abrigando discordâncias diversas quanto ao *tipo* de representação que se enquadra na categoria<sup>4</sup>, pornografia sugere *sexo* e somos frequentemente inclinados, ainda que apenas institivamente, a reconhecê-la mesmo sem defini-la. Quando recuamos um pouco no tempo, contudo, percebemos que essa associação não é tão óbvia. Desde que o termo foi definido e difundido na Europa, entre fins do século XVIII e princípio do XIX, ele sugere uma relação entre o objeto que define e o sexo, sim, mas em diversos momentos

---

<sup>2</sup> É importante lembrar que a grafia do termo e seus derivados sofreu transformações ao longo do tempo, de modo que a pesquisa se concentrou também nos verbetes: *pornographia*, *pornographico (a)*, *pornographos*, etc. Para fins de coesão e clareza do texto, no entanto, mantive a grafia atual do termo ao longo de todo esse trabalho, com raras exceções. Além disso, é importante destacar que pornografia não é o único modo de designar os materiais sobre os quais recai o rótulo. Cada tempo e cada lugar produziu os seus sinônimos e é importante considerar todos eles. No caso desse trabalho, é possível afirmar que por *imoral*, *para homens*, *para cavalheiros*, *picante*, *indecoroso*, *libertino*, para ficarmos apenas em alguns exemplos, são adjetivos que cumprem a mesma função do termo pornografia e seus derivados: indicar o caráter da obra ou do discurso, ao mesmo tempo em que o desqualifica.

<sup>3</sup> Lawrence O'Toole, Linda Williamns e Walter Kendrick são apenas alguns dos autores que defendem essa perspectiva, que se verifica fortemente no senso comum também.

<sup>4</sup> É preciso que considerar que não basta a representação dos órgãos ou do ato sexual para que algo seja classificado como pornográfico. Além dos exemplos óbvios, presentes na literatura científica, há os presentes nos campos das artes, da literatura, do cinema, etc., que, mesmo representando o ato sexual, escapam dessa pecha.

sugeriu algo mais, algo além e não necessariamente próximo à ideia de representação do ato sexual.

É importante ressaltar ainda que desde o século XIX essa palavra é ao mesmo tempo uma categoria utilizada para classificar produções semióticas, mas também um julgamento de valor *pejorativo*, que desqualifica os objetos e discursos sobre os quais recai. Esse julgamento pode partir de reações espontâneas ou de discursos emanados por grupos ou instituições, que o fazem com objetivos bastante diversos (Maingueneau, 2007: 10). Na medida em que o juízo de valor agregado ao conceito é necessariamente pejorativo, isso ajuda a entender por que o debate público raramente se dá no sentido de indagar qual é a natureza da pornografia, mas sim de determinar se é conveniente ou não regular tal ou qual obra sobre a qual recai o rótulo (Maingueneau, 2007: 5).

O meu interesse, portanto, é compreender como e por que o termo pornografia foi utilizado no debate público brasileiro no momento em que ele foi adotado na nossa sociedade. Como o próprio termo *obscenidade*<sup>5</sup> sugere, a pornografia põe em cena o que não deveria estar, o que se pretende oculto. E o grande dilema é, justamente, definir o que pode e o que não pode entrar em cena, sempre defesa da moral, dos bons costumes e do decoro público. Os elementos que definem tal limite, além de se transformarem ao longo do tempo e do espaço, numa relação dialética com as próprias transformações sociais e comportamentais, são muito fluídos e movediços no seio de uma mesma sociedade, pois se fundamentam em valores e percepções muito específicas, que costumam variar entre os diversos segmentos sociais.

Para elaborar as reflexões que eu apresento aqui, consultei o acervo de periódicos da *Fundação Biblioteca Nacional* em busca do termo pornografia e seus derivados, analisando o contexto em que estavam inscritos e me questionando sobre seus sentidos. As reflexões elaboradas por Reinhart Koselleck acerca da história dos conceitos foram de grande valia. Para o autor, toda palavra abriga um sentido que indica o conteúdo e entre elas há os conceitos que, para serem formulados e compreendidos, demandam teorização e reflexão (Koselleck, 1992:135). Creio ser possível refletir sobre a constituição e desenvolvimento do conceito de pornografia entre nós a partir de algumas das premissas elaboradas por Koselleck, na medida em que se trata de uma palavra cuja origem pode ser localizada no tempo e com o passar dele se articula a

---

<sup>5</sup> Historicamente a palavra acompanha as definições de pornografia.

novos conteúdos, exprimindo ideias leve ou fortemente distintas daquelas de outrora (Koselleck, 1992: 140).

O termo pornografia, como pretendo demonstrar, é especialmente interessante, na medida em que os conteúdos que historicamente ele exprime e, portanto, a teorização e reflexão a que seus usos estão condicionados, estão estreitamente relacionados com a ambiência moral de cada tempo e lugar, com os limites do moralmente aceitável em cada sociedade, com padrões de decência, beleza, saúde e seus opostos no campo da sexualidade.

### **1 – A indefinível *porne graphia***

*Pornografia*, um neologismo grego resultante da junção de *porne* (prostituta) e *graphos* (grafia) tem uma de suas derivações impressa pela primeira vez de 1769, no livro *Le pornographe*, de Restif de la Bretonn, obra que tratava da regulamentação da prostituição na França (Maingueneau, 2007:9). Embora o século XVIII tenha sido extremamente prolífico na produção de uma literatura que mais tarde viria a ser classificada como pornográfica<sup>6</sup>, nesse século o termo parece ter sido aplicado exclusivamente aos tratados sobre prostituição, tal como o propôs Restif<sup>7</sup>. Apenas em 1850 o historiador alemão C. O. Müller usaria o termo *pornographien* para se referir aos autores de representações obscenas, “às quais a mitologia serve de pretexto” no seu *Manual de Arqueologia da Arte* (Kendrick, 1995: 31).

Ao longo do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX as definições e os usos do termo pornografia denotavam sua dupla origem: os tratados médicos sobre a prostituição e as representações semióticas do sexo, até que a primeira acepção, médica, é finalmente suprimida e o termo passa a indicar exclusivamente as representações semióticas do sexo e da sexualidade. A imprensa e a literatura europeias foram as principais difusoras do termo, divulgando e discutindo os tratados médicos e higienistas sobre a prostituição ou a profusão dos impressos obscenos. Como de costume, os dicionários acompanharam a tendência um pouco mais tarde. Na primeira

<sup>6</sup> No século XVIII floresceu a literatura libertina, cujo maior expoente é a França. Robert Darnton (1998 e 2016) é possivelmente a maior referência no estudo desse gênero literário que abrigou, junto com a filosofia anticlerical e antimonárquica iluminista, obras que mais tarde foram consideradas pornográficas, por sua forte conotação sexual. Jean-Marie Goulemot (2000) e Dominique Maingueneau (2007) concentram-se especialmente nessa literatura para analisar o estatuto do livro pornográfico.

<sup>7</sup> Quando buscamos pelo termo *pornographie* no acervo referente ao século XVIII da *Biblioteca Nacional da França* (FNB), por exemplo, encontramos exclusivamente as referências à obra de Restif e a própria obra.

edição do inglês *Oxford*, publicada em 1909 a primeira acepção de pornografia é baseada em um dicionário médico de 1857<sup>8</sup>: “uma descrição das prostitutas e da prostituição, como assunto de higiene pública” e, secundariamente: “descrição da vida, maneiras, etc., das prostitutas e seus clientes; portanto, a expressão ou sugestão de assuntos obscenos ou incastos na literatura ou arte; arte ou literatura pornográfica”<sup>9</sup>.

## 1.2 – Brasil: os usos plurais

Em 1863 o *Diário de Pernambuco* traduziu uma crônica atribuída jornalista e escritor francês Eugène Pelletan<sup>10</sup>, na qual é elaborada uma crítica à agiotagem e à especulação financeira. Há uma clara associação, ao longo do texto, entre a ganância material e a decadência moral dos indivíduos e nele é descrita a visita do autor à casa de um sujeito que havia feito fortuna desse modo:

Nessa casa não se vê gosto algum, nem pela arte, nem um livro. Um dia só quis fazer ato de magnificência, e comprou um museu: sabeis qual? O museu de um par de França que tinha gasto seis centos mil francos a reunir todos os primores da pornografia.<sup>11</sup>

Trata-se de um episódio importante, por muitas razões. A crônica faz menção aos *museus secretos*<sup>12</sup>, como são conhecidas as coleções que abrigaram as obras obscenas ou controversas<sup>13</sup> a partir do século XVIII e que viriam, como ilustra esse trecho, a ser classificadas como pornográficas nos oitocentos. É curioso ainda notar que o tradutor faz questão de puxar uma nota onde define a pornografia como “a arte da prostituição”<sup>14</sup>. Por um lado, tal definição encontra eco com o debate que se fazia na Europa desde o século XVIII e a partir do qual adotou-se o termo pornografia e

---

<sup>8</sup> O *Medical Lexicon: a Dictionary of Medical Science*, de Robley Dunglison, que foi publicado na Filadélfia em 1856. Apesar de estar referenciado no *Oxford*, o que levou os estudiosos da pornografia ao consenso de que se trata do indício mais antigo já identificado da definição do termo em literatura técnica, não localizei o verbete nas minhas pesquisas.

<sup>9</sup> *A new English dictionary on historical principles: founded mainly on the materials collected by the Philological Society*, embora tenha sua publicação comumente atribuída ao ano de 1857, foi publicado em fascículos. O volume VII, no qual consta os verbetes *Pornocracy*, *Pornograph*, *Pornographer*, *Pornographic* e, finalmente, *Pornography* foi publicado em 1909.

<sup>10</sup> Nas minhas pesquisas não pude identificar o texto original, tampouco confirmar sua autoria.

<sup>11</sup> *Bolsa*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 dez. 1863, p. 8.

<sup>12</sup> Para maiores informações sobre a constituição dos *museus secretos*, sugiro a leitura de Walter Kendrick (1995).

<sup>13</sup> É importante ter em mente que, especialmente no século XIX, não eram muito claras as fronteiras entre o obsceno e o científico. Os tratados sobre a prostituição ou os catálogos de museus, por exemplo, eram interpretados como potencialmente perigosos, ainda que seus intentos científicos fossem reconhecidos, pois abordavam ou ilustravam temas relativos ao sexo.

<sup>14</sup> *Bolsa*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 dez. 1863, p. 8.

elaborou-se uma de suas definições, que o associa aos tratados sobre prostituição ou à descrição dela. Nesse sentido, o esforço em traduzir o termo indica a intenção de esclarecer a novidade entre nós.

É interessante notar, contudo, que nas décadas seguintes, quando a palavra voltaria a ser utilizada, ela raramente está associada à atividade da prostituição, propriamente dita. No Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, a palavra tinha um sentido muito amplo e era aplicada, inclusive, a comportamentos e vocabulários:

No cotidiano da cidade, ela era utilizada para qualificar encontros ou cenas amorosas que feriam o decoro público. Em nosso mercado editorial, de modo específico, ela foi emprestada às histórias que davam vez às sequências intermináveis de fofocas e cópulas, como também a todo e qualquer enredo que apresentasse em seu texto descrições corporais pouco sutis, namoros proibidos, menções de relações adúlteras ou prazeres que deveriam, em nome dos bons costumes, ter sido reprimidos ou mesmo interrompidos. (El Far, 2004: 194).

A partir da década de 1880, portanto, o uso do termo pornografia e seus derivados tornou-se comum na nossa imprensa. A sua proliferação e a variedade de coisas que o conceito abarcaria até os primeiros anos do século XX podem ser interpretadas como resultado da convergência entre as profundas transformações sociais que sacudiam o Brasil de fins de século e a própria novidade do conceito, que ainda se consolidava entre nós. Nas décadas em que antecederam à Proclamação da República o campo da moral e dos costumes foi vivendo uma gradativa quebra de valores que, especialmente na capital, podem ser testemunhados pelo aumento demográfico marcado por altas taxas de nascimentos ilegítimos e baixas de casamento (Carvalho, 1987:27).

A Abolição e a Proclamação da República coroaram profundas transformações políticas e sociais que já vinham se delineando nas últimas décadas, assim como intensificou-se o aumento demográfico, especialmente na capital, o Rio de Janeiro. Emerge uma população urbana, variada e eclética, ao mesmo tempo em que disputam e discutem novas teorias políticas, médicas, sociais. A popularização do livro e da leitura no Brasil ocorre justamente nesse período de grandes transformações. Em especial a partir de 1870 o mercado editorial se desenvolveu vertiginosamente, especialmente na capital, e em seu bojo popularizaram-se também as obras que viriam a ser conhecidas

como *leitura para homens*, impressos de baixo custo que buscavam atingir um número maior e mais variado de leitores (El Far, 2007). É nesse contexto que a palavra pornografia surge entre nós, definindo uma incrível variedade de coisas que em comum tinham, muitas vezes, somente o fato de não serem agradáveis, corretas e morais para quem as usava, com o objetivo de desqualificar discursos e materiais.

## **2 – Feios, sujos e malvados: o que foi pornográfico entre nós?**

### **2.1 – Literatura Imoral.**

Em 1881 Carlos Bernardino de Moura, redator do jornal carioca *A Pátria*, descreveu em uma nota a visita que fez a certo Frei João, provincial do Convento de Santo Antônio, sobre o qual teceu muitos elogios. Disse tratar-se de um “ilustre homem da religião”, dotado de apreciável razão “na crítica, a mais acerada e sarcástica das coisas do nosso meio social, com um desprendimento raro”. Ocorre que Frei João, “indiferente às calúnias e difamações (...) faz coleção da pornografia que que aí explora a bolsa alheia escandalizando o pudor público, para um fim histórico”<sup>15</sup>.

Não sabemos muito mais sobre Frei João ou sobre o conteúdo de sua inusitada coleção<sup>16</sup>, mas sabemos que a década de 1880 foi pioneira no que diz respeito às denúncias de que tal ou qual coisa eram pornográficas. Especialmente coisas impressas. Mas os livros francamente indecorosos não ganharam muito espaço nos jornais diários, além das colunas de anúncios, onde abundavam, embora eventualmente encontramos reações indignadas à alguma publicação do gênero, ou à sua profusão, que indicam sua popularidade.

O *Carbonário*, jornal que sofria constantemente a acusação de pornográfico por parte de outros veículos da imprensa é um dos que se queixava com frequência da profusão de pornografia na capital. Noticiou, por exemplo, que andavam pelas ruas uns menores:

sobraçando grandes maços de fascículos de uma pornografia desbragada, que os vendedores intitulam P... das famílias. Esses impressos são proibidos, mas não se ocultam (...). A leitura é de uma linguagem Bocajiana desbragada (...)

<sup>15</sup> *A Pátria*. Rio de Janeiro, 1º abr. 1883. Pg. 2.

<sup>16</sup> Sabemos que a notícia repercutiu em outros jornais, como *O Corsário*, contra o qual Bernardino de Moura deferia ataques constantes sob o argumento de ser um jornal pornográfico, como trataremos adiante.

é uma coisa monstruosa pela imoralidade que encerra, além de que tem pretensões a estereotipar costumes de algumas famílias brasileiras<sup>17</sup>

Em outra ocasião chamou à atenção o chefe de polícia para a publicação de *Celsa do Amarante*, de autoria de Izidoro de Castro, “esse moço que não faz questão de ligar seu nome a escritos escandalosos” que “caem nas mãos das incautas donzelas, mais para perverte-las do que para instruí-las”<sup>18</sup> e denunciou também a publicação de *A menina dos três vinténs*, que classifica como “imoralíssimo”, destinado

a satisfazer a curiosidade pueril dos blasés e das mulheres histéricas, dignos consumidores de quanta patifaria literária produz a mente enferma de meia dúzia de escritores pornográficos que por aí andam.<sup>19</sup>

Dizendo ainda que:

tal folheto pode muito bem fazer figura ao lado do *Álbum da rapaziada*, da *Martinhada* e dos *Serões do convento*, literatura enervante e podre, que infelizmente é propinada como um veneno a juventude ignorante, graças a facilidade de entrar pelas casas de família pela mão das criadas<sup>20</sup>

A ideia de que esse tipo de leitura invadia as casas de família pelas mãos da criadagem é bastante sintomática. Historicamente, a ideia de pornografia se constrói associada à baixa qualidade e seu consumo e seu deleite são associados às classes populares, percebidas como sem educação e naturalmente inclinadas ao vício e à sedição. A pornografia é, nesse sentido, como descreveu Leite Jr., “o erotismo dos pobres”, sejam eles de “espírito”, de cultura ou de dinheiro (Leite Jr., 2006: 35).

Para o sociólogo Pierre Bourdieu o *gosto*, ao contrário do que julga o senso comum, não é um dom da natureza do qual desfrutam alguns. Ao contrário, o gosto é uma construção, produto da educação e da origem social dos indivíduos ou grupos, que os equipa de uma competência cultural a partir da qual eles hierarquizam as obras consagrando ou não sua legitimidade. Pelo gosto, os indivíduos distinguem-se, distinguindo o belo do feio, o raro do vulgar, e “por seu intermédio exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas” (Bourdieu, 2007:13). Sendo assim, podemos afirmar que o debate sobre quais obras são ou não pornográficas

<sup>17</sup> *Especulação Infame*. Carbonário, 17 nov. 1886, p.2.

<sup>18</sup> *À Polícia*. Carbonário, 23 abr. 1883, p.1.

<sup>19</sup> *Livros Immorales*. Carbonário, 24 ago. 1888, p. 2.

<sup>20</sup> *Livros Immorales*. Carbonário, 24 ago. 1888, p. 2



é também uma luta simbólica pela legitimação através da distinção social” (Leite Jr., 2006: 35).

Esse fenômeno também pode ser ilustrado pela forma com que outro jornalista manifestou sua indignação com os anúncios de *leitura para homens* da *Livraria do Povo*. Esses anúncios costumavam acompanhar umas curtas frases sugestivas para chamar atenção, e o protesto dizia que “tais comentários pulhas de um livreiro como o das quatro portas constitui para certa ordem de gente a única literatura possível”, e tem como objetivo “fazer gargalhar e ao mesmo tempo exultar os copeiros e os caixeritos”, chamando os frequentadores do estabelecimento de “desgraçados sem educação que vivem chafurdados nas babuzeiras escandalosas que vão procurar nos folhetos desbragados”<sup>21</sup>.

Referências ricas e detalhadas aos títulos e conteúdo da literatura entendida como francamente obscena costumam ser raras. A razão do silêncio em torno disso é explicada pelo receio de que a mera menção constituísse, também, numa indecência, como ilustram os meandros de um redator que desculpa ao leitor, “e principalmente à leitora”, por cometer a imprudência de tratar nessas colunas de um assunto que deveria ser tratado... na rua, pelo menos”<sup>22</sup>, ou pelo receio de que falar sobre essas obras contribuísse para a sua divulgação:

Eu tenho sobre a mesa um livro cuja torpeza começa logo no título – que eu prefiro calar, para lhe não fazer o anúncio. Indecente, porco, imoral, sem gramática, mentiroso sem estilo, sem ortografia nem vergonha, criminoso, eu denunciá-lo-ia à polícia, se polícia houvesse para essas coisas.<sup>23</sup>

Os receios encontravam eco na sociedade. Em 1891, no Rio de Janeiro, a polícia interviu na circulação dos carros-anúncios da *Imprensa Paris*, que exibiam cartazes nos quais se viam “umas mulheres nuas em posições acadêmicas” e “toda a gente, picada de curiosidade, quer ver os cartazes”<sup>24</sup>. A notícia foi veiculada no *Diário de Notícias* e ilustra muito bem o dissenso em torno dos limites do tolerável entre nós. Seu autor, identificado como G.B., entendia que não havia escândalo nos cartazes, mas sim na intervenção policial:

<sup>21</sup> *Escalas Chromaticas*. Distração, Rio de Janeiro, 8 mai. 1886, pg. 238-239.

<sup>22</sup> *Escalas Chromaticas*. Distração, Rio de Janeiro, 8 mai. 1886, pg. 238-239.

<sup>23</sup> *Livros a Ler*. Revista Illustrada. Rio de Janeiro, 29 out. 1883, p. 3.

<sup>24</sup> *Rapidamente*. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1º ago. 1891, p. 1.

Que diabo de indecência há neles? As tais mulheres nuas não o estão absolutamente. Falta para isso alguma coisa que o desenhista esqueceu, justamente para transigir com a pudícia pública. Disseram-me que a polícia temeu que o lápis inconveniente de um transeunte gaiato se encarregasse de completar a obra do desenhista. Mas por Vênus! Esperasse a polícia que o transeunte pusesse o lápis onde ela meteu agora o bedelho.<sup>25</sup>

Contudo, nós sabemos mais sobre essas publicações investigando os anúncios dos livreiros. Em apenas um deles a *Livraria do Povo* oferecia as “novidades em leituras para homens”, com cerca de uma centena de títulos como *História de uma orgia*, *Remédio para impotentes*, *Remédios para matar paixões*<sup>26</sup>. Não é raro encontrar também nessas listas títulos como *Naná*, de Emilie Zola e *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz<sup>27</sup>. Diversos autores hoje canonizados no campo da literatura não foram poupados da pecha de pornográficos nesse período, especialmente os naturalistas. Não se trata de uma prerrogativa dos críticos brasileiros. Como observa Kendrick:

a palavra pornografia já designou tantas coisas no seu um século e meio de existência, que qualquer intenção de definir o que agora ela significa corre o risco de degenerar muito rapidamente no absurdo. Em meados do século XIX os afrescos de Pompéia foram julgados como “pornográficos” e encerrados em câmaras secretas fora do alcance das mentes virginais; não muito tempo depois, Madame Bovary foi levada a julgamento por ensejar um perigo semelhante. Um após o outro, ao longo de um século, tem desfilado pelos tribunais casos nos quais se delibera sobre a natureza perniciosa de Ulisses, O amante de Lady Chatterley, Trópico de Câncer e uma vintena de obras literárias, muitas das quais figuram hoje em dia nas listas de leitura das universidades. Todas essas coisas foram “pornográficas” alguma vez e agora deixaram de ser; nesse momento o estigma do “pornográfico” recai sobre as fotografias, as películas e as fitas de vídeo que encenam de maneira explícita matérias sexuais. (Kendrick, 1995: 15).

O rótulo de pornográfico eventualmente gerava dissenso entre os redatores. A já citada nota da *Revista Illustrada*, que bradava contra os anúncios da *Livraria do Povo*, fazia referência e endossava o protesto de um colunista no *Diário de Notícias* contra a inclusão de autores que ambos os jornais consideravam indignos da pecha de

<sup>25</sup> *Rapidamente*. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1º ago. 1891, p. 1.

<sup>26</sup> *Livros Baratíssimos*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 9 jan. 1883. p. 6.

<sup>27</sup> *Livros Baratíssimos*. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 9 jan. 1883. p. 6.

pornográficos nas listas de tais anúncios, como Ramalho Ortigão e José do Patrocínio<sup>28</sup>. De modo semelhante a *Gazeta de Notícias*, ao elaborar uma crítica ao romance *Casa de Pensão*, de Aluizio de Azevedo, diz que não procedem as algumas censuras feitas à obra:

Não é, por exemplo, uma obra pornográfica. Ao contrário – permita-me que francamente o diga – um dos reparos que cabem a esse romance, é o receio que parece haver tido o autor de cair na pornografia; receio que, provavelmente, impediu que Aluizio se ocupasse, como devia, dos amores de Amâncio e Amélia. (...). Pelo menos a primeira entrevista dos dois amantes devia ser descrita.<sup>29</sup>

É o caso, também, de Eça de Queiroz. Em 1887 a *Gazeta de Notícias* publicou em fascículos, seu romance *A Relíquia*. Antes de dar início à publicação do romance a *Gazeta* previne o leitor de que “alguns espíritos suscetíveis acharão talvez irreverente o livro”, cujo enredo gira em torno de uma rica e devota senhora que, ludibriada pelo sobrinho libertino que se faz devoto para agradá-la, envia-o em peregrinação à Terra Santa. Em sua defesa, a *Gazeta* alega que “nada há de mais útil à religião e mais respeitoso, do que esta distinção entre o espírito religioso e o beateiro”<sup>30</sup>.

Pois não foi desse modo que alguns colegas da imprensa reagiram à publicação, em especial o representante da imprensa católica *O Apóstolo*, que em relação ao anúncio feito pela *Gazeta* de que em virtude do enorme sucesso do romance seriam obrigados a reproduzir mais cópias dos dois primeiros fascículos do folhetim, fez pouco caso. Disse que a informação era falsa, um golpe para tentar ludibriar os brasileiros, levando-os, sob a falsa ideia de sucesso, a comprar os volumes que estavam encalhados, já que a imoralidade do romance despertava nos pais o temor de que “suas filhas sejam afetadas do contato pestilencial e sobremodo imoral do romance de Eça de Queiroz”<sup>31</sup>.

É curioso notar que apesar de defender os instintos morais do brasileiro, na mesma página do mesmo número do *Apóstolo*, há dois outros anúncios que contradizem a afirmação de que esse tipo de leitura não encontrava público no Brasil. É anunciado que em Madri a polícia havia apreendido uma grande quantidade: “de volumes e estampas obscenas”, multando o responsável, e o redator conclui que se o caso se

<sup>28</sup> *Escalas Chromaticas*. Distração, Rio de Janeiro, 8 mai. 1886, pg. 238-239.

<sup>29</sup> *Notas à margem: Casa de Pensão*. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, 13 jul. 1884, p. 1.

<sup>30</sup> *Suplemento Literário*. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 mar. 1886. p. 1.

<sup>31</sup> *Uma da “Gazeta de Notícias*. *O Apóstolo*. Rio de Janeiro, 29 abr. 1887. p. 2.

passasse no Brasil não faltaria quem defendesse os corruptores, já que por aqui “anuncia-se, expõe-se e vende-se estátuas, quadros e livros não só contrários à religião, como imorais, anárquicos, e são admirados, comprados, lidos e conservados até por mulheres!”<sup>32</sup>. Há também o endosso a uma dura crítica feita pelo jornal *Thabor* sobre o espetáculo *Toutinigra*, realizado pela companhia Heller em São Paulo, classificado como “um imoralíssimo e estúpido trabalho representado mal e ridiculamente”. A mesma peça havia lotado os teatros cariocas e elabora-se, na nota, uma reflexão sobre o destino das famílias que “se ilustram com tais doutrinas”, sendo levadas pelos próprios pais “a esses espetáculos imorais, indecente, verdadeiras escolas de prostituição!”.

Nos meses seguintes *O Apóstolo* segue sua cruzada contra o romance de Eça de Queiroz, chamando-o de “uma afronta à honra e à honestidade das famílias: é a pornografia na imprensa alta querendo exceder a dos Corsários”<sup>33,34</sup>. Para provar que não estavam sozinhos no juízo que faziam da obra, invocam notas lançadas por outros veículos, segundos as quais seria impossível o consentimento dessa leitura pelas famílias, “tal o seu realismo nas cenas”<sup>35</sup>.

É muito nítido, no discurso de *O Apóstolo*, o poder do que Jean-Marie Goulemot chamou de *enunciação pornográfica*, ou seja, os mecanismos e estratégias utilizados pelos autores para atingirem o efeito muito específico que a leitura pornográfica causa: “diante desses quadros e cenas de imoralidades, não se despertam todas as paixões?”<sup>36</sup>. O consenso em relação ao papel transgressor da pornografia é uma questão importante no debate. Ele é indiscutível, se considerarmos que se trata, em boa parte dos casos, de um material que encena, insinua ou mesmo propõe práticas não condizentes com os discursos morais predominantes.

Mas também nesse tema há dissenso entre os jornais do período, ou pelo menos certa relativização. A publicação de uma edição de *Dom Quixote* traduzida e adaptada por Carlos Jansen gerou indignação entre alguns em virtude dos cortes perpetrados à obra. Em uma coluna no *Diário de Notícias*, lê-se que:

<sup>32</sup> *Bem Feito*. O Apóstolo. Rio de Janeiro, 29 abr. 1887. p. 2.

<sup>33</sup> Referência ao jornal *O Corsário*, também acusado de pornográfico na década de 1880 e sobre o qual falarei adiante.

<sup>34</sup> *A Relíquia*. O Apóstolo. Rio de Janeiro, 18 mai. 1887. p. 3.

<sup>35</sup> *A Relíquia*. O Apóstolo. Rio de Janeiro, 18 mai. 1887. p. 3.

<sup>36</sup> *Os nossos theatros*. O Apóstolo. Rio de Janeiro, 29 abr. 1887. p. 2.

Cervantes, Boccaccio, Rabelais, Shakespeare e outros sublimes pornográficos foram grandes homens que só escreveram para homens grandes. Não há vantagem alguma em metê-los nas mãos de crianças, pois para estas, outros autores existem, que não precisam de poda. Na idade em que se compreende o D. Quixote, na idade em que ele deve ser lido, não há pornografia que pervertam o espírito, não há pudor que lhes não resista. Quer isso dizer que D. Quixote deve ser lido como foi escrito, ou não deve ser lido.”<sup>37</sup>

Trata-se de uma colocação interessante, na medida que inclui cânones da literatura no rol de pornográficos ressaltando, no entanto, que são célebres. Ao mesmo tempo elabora uma reflexão sobre as interdições seletivas que lhes cabem. A crítica que se faz à censura de Jansen a Dom Quixote não discorda totalmente que o conteúdo da obra seja pornográfico, mas entende que a enunciação pornográfica aí presente, ou seja, a capacidade do livro em despertar paixões e sensações de natureza sexual, não encontra terreno entre os homens adultos.

Essa percepção, contudo, exclui outras manifestações artísticas, na medida em o autor admite que no teatro “se suprimam cenas ou falas para serem representadas em épocas menos escrupulosas que as nossas e para espectadores menos pudicos que nós; mas no livro deve tudo ser conservado, tal qual saiu do cérebro do autor”<sup>38</sup>, numa fala igualmente interessante por permitir supor que o autor compreende que o tema – a pornografia e sua interdição – estão suscetíveis a outras perspectivas, em outra época ou diante de outros espectadores.

## 2.2 – Ideias Modernas

Os sujeitos escandalizados com o que acreditavam ser uma onda de imoralidade frequentemente culpavam as *ideias modernas* pela sedição dos costumes. *O Apóstolo* foi possivelmente um dos veículos que mais denunciou o que entendia como pornografia – e possivelmente também, aquele que por pornografia entendia uma variedade maior de coisas – e denunciou em diversas ocasiões a difusão de tais ideias entre nós. Em número de 1885<sup>39</sup> elabora uma dura crítica, acusando especialmente aos intelectuais e à imprensa de copiarem da Europa as *ideias modernas* a partir das quais,

<sup>37</sup> *De palanque*. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 31 dez. 1886, p. 1.

<sup>38</sup> *De palanque*. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 31 dez. 1886, p. 1.

<sup>39</sup> *As ideias modernas*. O Apóstolo. Rio de Janeiro, 17 jun. 1885. p. 1.

em nome da ciência e da razão, promovem a anarquia, a revolta e a corrupção dos costumes, este último, por meio da pornografia.

Para o jornal, a França parece ser o principal vetor das *ideias modernas* e também o pior exemplo de suas consequências nefastas. Desse modo, a Revolução de 1789 teria consagrado a guerra contra os valores morais – e especialmente, claro, os religiosos – inaugurando uma era de corrupção e decadência que agora o Brasil imitava. Poucos dias depois outro editorial denunciava “a crise pornográfica que atravessa a literatura contemporânea na França”<sup>40</sup>, afirmando que tanto na capital quanto nas províncias, vendia-se dez livros pornográficos para cada um que não o fosse. A pornografia empestava também os teatros e salões, impregnando, por fim, todos os costumes e toda a política. O texto é concluído com a observação de que o desregramento da imoralidade coincidia com a guerra perpetrada contra a religião.

Nesse mesmo sentido foram construídas as associações entre divórcio e pornografia. Em 1894 o deputado Érico Coelho apresentou ao Congresso o primeiro projeto de lei relativo ao divórcio<sup>41</sup> da recém-proclamada República (Villa, 2012). O projeto encontrou forte resistência em diversos segmentos sociais e da imprensa, que aderiram ao discurso da Igreja, fortemente contrário à sua adesão, e foi derrotado na câmara. Nesses discursos o divórcio emergia como a institucionalização do adultério, da prostituição e da pornografia, sendo Érico Coelho, ele próprio, pornográfico, que insistia em “derramar biles contra os padres”, e “ao lado da imoralidade de sua linguagem baixa, torpe, vem a pornografia desbragada, indigna até de garotos”<sup>42</sup>.

Na ocasião o *Apóstolo* parabenizou os deputados, “já conhecedores da pornografia e dos fins do autor”<sup>43</sup> do projeto. Entre os setores contrários ao divórcio, pairava a sensação de que entrava-se “em uma fase ou período de dissolução moral”, na qual havia “uma combinação contra a moral, os bons costumes e principalmente contra o lar, a família e sua instituição” e “despertam-se as paixões, suscita-se a lascívia, e todos os prazeres e gozos materiais são recomendados como única felicidade na

---

<sup>40</sup> *A Litteratura Moderna. O Apóstolo*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1885. p. 2. FBN.

<sup>41</sup> A leitura dos jornais desse período nos indicam, contudo, que a discussão em torno do tema se estendia desde 1891, pelo menos, tendo como principal defensor da implementação do divórcio a figura do médico Érico Coelho.

<sup>42</sup> *Pornographia*. *Apóstolo*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1898, p. 2.

<sup>43</sup> *O divórcio*. *Apóstolo*, Rio de Janeiro, 6 nov. 1896, p. 1.

vida!”<sup>44</sup>. Como sinais e meios de reverter a ordem, tais discursos apontam, entre outras coisas,

a falta de educação religiosa acompanhada dos teatros imorais, da má leitura, até o ensino dado nas escolas públicas. A pornografia, o ridículo, o respeito humano são armas manejadas pela conspiração que tem por chefe o libidinoso, o treloucado e imoral Dr. Erico Coelho, que pretende ter tudo conseguido obtendo o divórcio absoluto<sup>45</sup>

Apesar do projeto ter sido derrotado na câmara e das fortes críticas dirigidas, não só à proposta, mas também à personalidade e à vida particular de Coelho, este prosseguiu levantando o debate inclusive em forma de livro, publicado em ainda 1896 sob o emblemático título: *Pornographia contra pornographia: troco aos positivistas à questão do divórcio*<sup>46</sup>. No fim de 1898 os jornais anunciavam que o deputado faria seu último discurso do ano sobre o tema, alertando, contudo, que o próprio Coelho prevenia o público de “que esse discurso, do meio para o fim, só poderá ser ouvido e lido por homens”, o que consternou mesmo os setores da imprensa simpáticos ao seu projeto:

Esta prevenção nos enchem de tristeza; ficamos de antemão sabendo que o S. Ex. vai, ainda uma vez, recorrer à pornografia para discutir um assunto tão perfeitamente humano, e por isto mesmo digno de ser tratado do mais elevado ponto de vista. S. Ex. cada vez que fala, ilaqueia as suas próprias intenções e, em vez de adiantar, atrasa a propaganda do divórcio. É o caso de aplicar a S. EX. os dois famosos versos de Bocage:

*Escapará da moléstia*

*Se não morrer da cura*<sup>47</sup>

É curioso perceber que apesar de ter sido a Igreja e seus representantes os mais fervorosos críticos do que entendiam como pornografia e das ideias modernas, às quais julgavam ao mesmo tempo causa e consequência da pornografia, nem a Igreja e seus representantes na imprensa escapavam impunemente à pecha. Em 1888 uma coluna do jornal *Cidade do Rio de Janeiro* vociferava contra a imoralidade intrínseca da Igreja,

<sup>44</sup> *Pornographia de E. Coelho*. Apóstolo, Rio de Janeiro, 08 jul. 1898, p. 1.

<sup>45</sup> *Pornographia de E. Coelho*. Apóstolo, Rio de Janeiro, 08 jul. 1898, p. 1.

<sup>46</sup> Foi publicado no Rio de Janeiro pela Editora Moderna, em 1896. Esse livro lamentavelmente não consta nos acervos da FBN, e não pude ainda localizá-lo para analisar os usos que Coelho faz do termo, mas creio ser extremamente relevante que, em meio às acusações que sofria, nas quais era associado à pornografia, tenha escolhido esse título.

<sup>47</sup> *O Divórcio*. Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 10 ago. 1898, p. 1.

afirmando ser o padre essencialmente imoral, por ser “eunuco” e inútil. O autor, ainda que ironicamente, elabora uma franca defesa da pornografia: “E depois há um ponto – os livros imorais são livros que beneficiam, são alguma coisa enfim e que diabo têm feito os padres, que é que eles opõem aos livros imorais? As rezas? Ora bolas... ninguém hoje está disposto à oração”<sup>48</sup>.

A ociosidade do clero estava no cerne dessas críticas que reverberavam na ideia de que a improdutividade fazia os padres imorais ou, ao contrário, a imoralidade levava o sujeito à vida religiosa. Em outra ocasião um jornal concluiu que “o pai só destina ao seminário o filho mais estúpido, o pior educado” e:

o padre é, por conseguinte, mau, perverso, imoral, inútil porque absorve sem produzir, é uma boca que come e dois braços que nada fazem. O ócio torna-o vicioso, e um vicioso com domínio sobre as famílias, tendo o confessorário para tramar à vontade os romances pornográficos que imagina nas horas de preguiça e a malandrice das sextas.<sup>49</sup>

Eventualmente o rótulo pornográfico também era aplicado às ideias tradicionais e a coisas concebidas séculos antes do próprio termo existir. Um dos mais curiosos episódios desse tipo com o qual me deparei ao longo dessa pesquisa, foi um relato de 1883 na *Gazeta de Notícias*. Elaborando considerações sobre ícones da arquitetura eclesiástica medieval, o autor detém-se longamente na sua visita à Catedral de Colônia. Ao observar uma jovem inglesa que examinava atentamente uma série de esculturas ser repreendida pelo cicerone, que a aconselhou a ir admirar o muro de tapetes tecido pelas senhoras da cidade, concluiu que

As esculturas do coro, representando em figuras nuas de homens, de mulheres e de macacos, todas as atitudes que pode assumir a lubricidade numa imaginação solitária do asceta, não são com efeito o quadro mais puro em que se possa repousar o azul de uns olhos de rapariga aos dezoito anos<sup>50</sup>.

Em virtude da imodéstia das figuras esculpidas, o observador classificou-as como “pornografia eclesiástica da Idade Média”, que:

Constitui na arte do tempo uma espécie daquilo a que hoje chamamos, com relação a certos livros, a leitura para homens. Menos meticulosamente

<sup>48</sup> *Cousas do Dia*. Cidade do Rio de Janeiro, 12 set. 1888, p. 1.

<sup>49</sup> *Chronicas Fluminenses*. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 10 dez. 1880, p. 2.

<sup>50</sup> *Nota de Viagens*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 set. 1883. pg. 1.



classificativa que a nossa, a crítica do século XV não chegou a distinguir essas duas categorias estéticas: da escultura para missa e de escultura para cônegos. Nesses tempos bárbaros, os artistas dividiam-se em bons e maus. A obra bem feita era moral. A obra era mal feita era indecente. E sob este único aforismo estavam para sempre divididos e classificados os únicos dois gêneros de arte que se conhecem: o belo e o porco.

### 2.3 – O escândalo

Em fins do século XIX, no entanto, um de usos mais comuns do termo *pornografia* destinava-o à imprensa de *escândalo*, comumente conhecida como *pasquim*. Eram em geral publicações de poucas páginas que faziam uso de uma linguagem ferina e coloquial, na qual não eram raros os termos de baixo calão, para expor e ridicularizar figuras públicas. Um dos pasquins mais comentados pelos colegas da imprensa dessa década certamente foi *O Corsário*, fundado em 1880.

Em 1881 Carlos Bernardino de Moura transcreveu em seu jornal os artigos do Código Penal relativos às condições para o exercício da liberdade de imprensa, chamando diretamente à atenção os promotores, juízes e o próprio Ministro da Justiça para a indiferença do poder público quanto ao que denominava “*imprensa pornográfica*”<sup>51</sup>, aludindo claramente ao *Corsário*<sup>52</sup>. Em resposta este publicou uma nota chamando Bernardino Moura de “intrigante vil, desavergonhado mentecapto, caluniador ignóbil, cínico caloteiro, estelionatário torpe, infamíssimo ladrão”<sup>53</sup>, e afirmando que os assinantes lhe pagavam o trabalho de denunciar os crimes e vícios de gente como Bernardino de Moura, “que têm o arrojo de pregar regras”. Entre outras coisas, acusa o redator de *A Pátria* de ser um vigarista conhecido, que lesou em “quarenta e tantos mil réis a africana Tereza”<sup>54</sup>, enumera as surras que lhe deram na rua e o acusa de ter-se declarado louco para escapar à prisão<sup>55</sup>. Sobre o rótulo de pornográfico, o redator do *Corsário* clama que Bernardino de Moura

<sup>51</sup> *A Pátria*, Rio de Janeiro, 1881, p. 3.

<sup>52</sup> Bernardino de Moura usa a expressão “arte do corso”, por exemplo, e sugere que o responsável pelo periódico, que até então mantinha-se anônimo, era Lopes Trovão, a quem se referia na nota como “trovoada”.

<sup>53</sup> *O Corsário*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1881, pg. 3.

<sup>54</sup> *O Corsário*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1881, pg. 3.

<sup>55</sup> *O Corsário*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1881, pg. 4.

se revele menos besta, não confundindo mais *imprensa pornográfica* com *imprensa difamatória*. *Imprensa pornográfica* seremos nós e da *imprensa difamatória* é a Pátria um exemplo frisante e escandaloso.

Infeliz idiota! Esses termos novos e novas expressões, como *pornográfico*, *meio social*, *sociológico*, *evolução*, etc., que a mocidade tem introduzido na tribuna e na imprensa, tem levado o Sr. Moura que os há agarrado com dois pauzinhos, a complicar mais os seus aranzéis escritos e falados<sup>56</sup>

Em outro round de acusações, *O Corsário* responde a uma coluna de Bernardino de Moura, publicada dessa vez na *Gazeta de Notícias*, questionando a “contradição inexplicável” dessa guerra à pornografia, já que ninguém seria mais pornográfico que o próprio Bernardino, “o imperador da patifaria, o mandarim da indecência e da imoralidade”<sup>57</sup>.

A pecha de pornográfico do *Corsário* é interessantíssima para o estudo dos usos do conceito de pornografia, pois o jornal passava longe de descrever ou representar o sexo. Em suas páginas vemos inúmeras, ferinas e recorrentes críticas sociais e políticas de cunho conservador. Criticava-se e denunciava-se o comportamento indecoroso, público e privado de diversos membros da sociedade, do próprio imperador às cafetinas no centro da cidade. O rótulo de pornográfico se dava, portanto, pela linguagem ferina e coloquial, pelos insultos e pela exposição pública de temas que a ambiência moral julgava de foro íntimo.

A sede da redação, seus funcionários e seu proprietário e redator, Apulcho de Castro, sofreram diversas represálias desde que o jornal começou a ser publicado, culminando no assassinato de Apulcho, em 25 de outubro de 1883. Na edição de 2 de setembro de 1882, quando voltou a ser publicado após uma série desses ataques<sup>58</sup>, o que é posto em questão é a ilegalidade das medidas tomadas contra o periódico:

se o Corsário era contra a lei por que não o responsabilizaram perante a lei?! (...). E por que não fizeram o mesmo contra os órgãos pornográficos que infestam esta cidade ou não nos fizeram mesmo a nós antes de nos metermos com política? É que naquele tempo nós e ainda hoje os tais órgãos pornográficos limitávamo-nos a indicar as fraquezas de certas mulheres e a

<sup>56</sup> *O Corsário*. Rio de Janeiro, 25 ago. 1881, pg. 4.

<sup>57</sup> *Carlos Patifaria*. *O Corsário*. Rio de Janeiro, 1º mar. 1883, pg. 2.

<sup>58</sup> Na capa dessa edição, assim como das subsequentes, há um índice de “datas gloriosas”, listando os assédios e ataques sofridos pela sede e pelos funcionários do jornal. *O Corsário*, 02 set. 1882, p. 1. FBN.

casa de outras que fazem profissão imoral, com as quais a nossa canalha graúda gosta de viver prostituída<sup>59</sup>

Um dos pontos que esse trecho esclarece é a opinião, partilhada pelo próprio Apulcho, de que configura pornografia tornar público o comportamento aceito como imoral de determinadas mulheres, ou o endereço das casas de prostituição, coisa que ele admite ter feito e reconhece que os demais órgãos pornográficos continuam a fazer. Apulcho identifica como a origem dos seus problemas com as autoridades e com os seus algozes, não o fato de ter-se dedicado à pornografia, interpretada desse modo, mas sim o fato de ter incluído nas suas denúncias não apenas as mulheres que fraquejaram e os prostíbulos da capital, mas a “canalha graúda” que lhes fazem companhia. É baseado nisso que funda as ameaças de seu retorno às ruas

Contudo reaparecemos, hoje, impertérrito, para prosseguir na missão já encetada, na certeza de que se atentarem contra a nossa existência, demonstram ser solidários com os outros jornais pornográficos que se publicam nesta corte e por tanto cometem a mais visível iniquidade<sup>60</sup>

Nessa ocasião a *Gazeta da Tarde* não gozava de boa reputação pelos mesmos motivos e o *Corsário* publicou o salvo conduto que autorizava aos “mesmos pequenos, os mesmos vagabundos que o sr. Chefe de polícia queria moralizar” quando vendiam o *Corsário*, a vender a *Gazeta da Tarde*. De acordo com essa nota, o próprio Ministro da Justiça teria classificado a gazeta como “um pornográfico em ponto grande, tanto ou mais imoral do que os pequenos”, já que:

recebe-se uns cobres no fim do mês, escreve-se a história do falso imperador do brasil, e mais a Ponte de Catete; diz-se tudo quanto se quer a respeito da câmara dos deputados, publicam-se romances a vapor indecentes, é-se republicano e abolicionista, é-se malcriado e o diabo, e tem-se o direito de se vender livremente a folho, e de se ver touros de palanque, sem incômodos, sem nada...<sup>61</sup>

Quando a *Gazeta de Notícias* lançou a coluna *Balas de Estalo*, o *Corsário* voltou-se também contra ela, dizendo que o espaço, inspirado pelos jornais parisienses que “fazem carreira pelo escândalo”, serve “para fazer reclames aos amigos, as casas comerciais que pagam por bom preço e a divulgação do escândalo que também dá

<sup>59</sup> *Corsário*. *Corsário*, Rio de Janeiro, 02 set. 1882, p. 2.

<sup>60</sup> *Corsário*. *Corsário*, 02.set. 1882, p. 2-3.

<sup>61</sup> *Admirem!!!* O *Corsário*, Rio de Janeiro, 12 out. 1882, p.2.

dinheiro”, de forma que “de agora em diante a *Gazeta* não nos poderá mais chamar de pornográficos”, já que ela própria “não é só um jornal pornográfico, é um jornal imoral, indecente, afrodisíaco, e como tal indigno de entrar em uma casa de família honesta”<sup>62</sup>. É interessante perceber que nessa última acepção a pornografia está inclusive um passo atrás das indecências afrodisíacas, limitando-se à devassa da vida alheia, especialmente a da elite política.

Sobre o assassinato de Apulcho, anos mais tarde Euclides da Cunha viria a mencionar em *Os Sertões*:

Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na Côrte do antigo império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, a justiça fulminante e desesperadora do linchamento. (CUNHA, 1914: 263).

A opinião de Cunha sobre a índole de Apulcho encontra eco na imprensa da época. Sobre o assassinato, perpetrado à luz do dia e em frente ao posto policial em que Apulco foi pedir proteção contra as ameaças, a *Gazeta* noticiou que dias antes a tipografia havia sido atacada, “e ninguém se queixou, porque enfim ninguém podia razoavelmente exigir que a polícia e o governo levassem seu amor a pornografia ao ponto de pôr lhe sentinela à porta!”<sup>63</sup>. Embora boa parte da imprensa tenha se posicionado energicamente contra os meios utilizados para conter a ousadia de Apulcho, permanecia certo consenso quanto à inevitabilidade de seu destino fatídico, entendido como consequência de seus próprios atos e do caráter pornográfico de seu jornal.

Após o incidente, a *Revista Ilustrada* publicou um texto no qual se dizia esperar por aquilo, mesmo sem desejar-lo. Chamava ainda a atenção para o sucesso do *Corsário*, que não poderia ser entendido como uma anomalia, sendo antes de tudo um representante legítimo da imprensa *livre*, “livre até o insulto, até a calúnia”. Sobre Apulcho, dizia que “nada houve que ele respeitasse: a honra da família, o pudor da

---

<sup>62</sup> *Imprensa pornographica*. Corsário, Rio de Janeiro, 18 set. 1883. P. 1-2.

<sup>63</sup> *Balas de Estalo*. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 09 nov. 1883. P. 2.

mulher, tudo ele difamou, atassalhou. Nunca se viu injuriar tanto, jamais tomou tão expressamente a pena para insultar”<sup>64</sup>

Como lembra a *Revista Illustrada*, o *Corsário* não era o único representante do gênero e, tão logo Apulcho foi assassinado, o *Carbonário* tornou-se o principal alvo das queixas dos colegas de imprensa. Mas ao contrário do *Corsário*, que tendia a defender-se da pecha de pornográfico denunciando a pornografia que está no outro, o *Carbonário* destacou-se com a estratégia de assumir-se pornográfico, ressaltando que a pornografia seria um mal necessário para a sobrevivência de um jornal naquela época e que, por isso mesmo, era praticada por toda a imprensa brasileira:

Não encontrando na lei um argumento que nos fulmine, a Gazeta em seu furor, a exemplo das mulheres da vida que insultam as suas companheiras lembrando-lhes a baixaza de sua posição, esquecidas da sua própria, chamamos de – imorais, escandalosos e.. pornográficos!!! E como não ser pornográficos? É este o espírito da época... É pornografia o que fazem todos os jornais, e aqueles que dela se afastam – escrevem para a traça. De oito ou dez anos a esta parte os únicos jornais que não exploraram a pornografia foram o Cruzeiro e o Globo.<sup>65</sup>

A conclusão do redator do *Carbonário* era a de que o trabalho incessante da imprensa do período para policiar e purificar os bons costumes seria superficial, já que que todos os jornais faziam uso da chantagem e recorriam a pornografia, por meio do escândalo, para ter público, de modo que “no fundo todos fazem mesmo pornografia”<sup>66</sup>, “pornografia e chantagem todos nós fazemos, cada um como pode”<sup>67</sup>.

Essa visão despojada do papel e das limitações da imprensa de sua época, no entanto, não impediu o *Carbonário* de aplicar a outros conteúdos o rótulo de uma pornografia da qual se julgava não apenas livre, mas em posição de julgar. O anúncio de certo *Lait Botanique des Alpes*, “de uso externo e inofensivo”, prometendo “restituir aos velhos o vigor e o fogo dos 20 anos” veiculado pela *Gazeta de Notícias* foi denunciado como o cúmulo da pornografia<sup>68</sup> pelo jornal. Do mesmo modo, é noticiado como uma “pornografia medonha”, a discussão entre duas prostitutas identificadas como Chica da

<sup>64</sup> *Chronicas Fluminenses*. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 31 out. 1883, p. 2.

<sup>65</sup> À S. M. *O Imperador*. Carbonario, Rio de Janeiro, 7 dez. 1883. p.1.

<sup>66</sup> *A Imprensa da Corte*. Carbonário, Rio de Janeiro, 08 jun. 1885. p. 1.

<sup>67</sup> *Gazeta da Tarde*. Carbonário, Rio de Janeiro, 10 jul. 1885. p. 2.

<sup>68</sup> *Cúmulo da Pornographia*. Carbonário, Rio de Janeiro, 13 mai. 1887. p. 2.

Pintinha e Maria Magdalena, que teriam chamado a atenção dos vizinhos e transeuntes da rua do Lavradio, com seus “altos brados” à luz do dia<sup>69</sup>.

Se o *Carbonário* se julgava, enquanto veículo de imprensa, um lugar apropriado para exercer o que ele próprio em diversas ocasiões definiu como uma pornografia intrínseca aos jornais do período, ao mesmo tempo em que julgava necessário *denunciar* os escândalos verbais perpetrados rua afora, seus detratores partiam da premissa oposta. Para a *Revista Illustrada*, por exemplo, o dano da pornografia impressa excedia em perigo e alcance a pornografia falada:

Na parte da polícia de terça-feira vi eu que esta semana a ‘preta Joana foi presa por estar a proferir palavras obscenas’. Por que não há de então haver uma pena para os que escrevem obscenidades, se há para os que as proferem? O livro indecente é ainda mais perigoso do que a preta desbocada; a preta vai-se, o livro fica; as obscenidades de Joana voam, esquecem-se, as obscenidades do livro ficam escritas”<sup>70</sup>

Em outras ocasiões o *Carbonário* opinou sobre os limites do que é moralmente aceitável tornar público. Censurou o *Paíz*, por exemplo, por ter noticiado que não houve espetáculo no *Theatro Príncipe* por falta de dinheiro:

Quem tal faz, penetrando no que pertence à vida particular de uma empresa, é capaz de dizer que um esposo não levou a esposa no baile por não ter meios de lhe dar um vestido novo. (...). Tais notícias estão no programa das folhas pornográficas, não devem aparecer nas que não o são<sup>71</sup>.

A crítica do *Carbonário* parece ser contra a grande imprensa, que condena os pequenos jornais com o argumento da pornografia, mas não se melindram em tornar públicos escândalos de foro íntimo, o que configura, na concepção do próprio jornal, pornografia. Desse modo, a folha legisla sobre os assuntos que são passíveis ou não do rótulo pornográfico nos demais veículos impressos, “uns jornais cheios de moralidade fictícia, que fazem crua guerra às pequenas folhas que publicam raptos, adultérios e concubinatos”<sup>72</sup>

<sup>69</sup> *Pornographia Medonha*. Carbonário, Rio de Janeiro, 12 out. 1888, p. 3.

<sup>70</sup> *Livros a Ler*. Revista Illustrada. Rio de Janeiro, 29 out. 1883, p. 3.

<sup>71</sup> *O Paíz nos Theatros*. Carbonário, Rio de Janeiro, 31 out. 1887, p. 2.

<sup>72</sup> *Entre Paredes*. Carbonário, Rio de Janeiro, 12 out. 1888, p.1.

Em número de 1883 o *Carbonário* ainda publicou, em tom jocoso, a “besteologia” recebida pelos correios na qual se vê uma definição da pornografia cuja raiz epistemológica é identificada nos pregões:

Só quem não tem a mais pequena noção ou conhecimento do aludido ‘prego’ é que pode desconhecer a suma importância deste ‘gênero’ de literatura, altamente significativo, representando em suas variadas mutações o argumento e desenvolvimento moral e intelectual de um povo, única e exclusivamente pelas influências do ‘prego’. Confundir esse gênero de troça com o ataque violento, direto e ‘agressivo’ é o mesmo que confundir os supraditos rabanetes com as supraditas batatas fritas.<sup>73</sup>

### Considerações Finais

Analisando os usos e os significados do termo pornografia, seus sinônimos e derivados na imprensa brasileira de fins do século XIX, podemos perceber, como eu espero ter demonstrado, a incrível variedade de materiais, atos e discursos para os quais poderiam apontar. Walter Kendrick nos alerta sobre o quão risível e egoísta seria supor que nossos pais e avós, por cegueira ou estupidez, julgavam pornográficas as coisas erradas e que nós, enfim, sabemos o que é pornografia (Kendrick, 1995: 16)

O que há em comum entre tudo que foi entendido como pornográfico nesse período é opinião, por parte de quem rotulava, de que se tratavam de coisas ruins, indesejáveis, *obscenas*, no sentido de que traziam a público algo que não deveria. É isso também que há em comum entre o que houve de pornográfico há mais de um século e o que entendemos como pornográfico hoje. Maingueneau (2007: 16-17) diz que a característica mais evidente da pornografia é a sua inserção problemática no ambiente social e que o julgamento a que estão sujeitas as coisas havidas como pornográficas supõe a fronteira entre práticas e discursos dignos de uma sociedade pela de direito e o que está além disso. A história da pornografia é, em muitos aspectos, a história da interdição – tentada ou consumada – das coisas entendidas como pornográficas, como indignas de estarem em cena.

Nesse sentido, a pornografia deve ser entendida não como uma coisa, mas um argumento, uma estrutura de pensamento, uma novela constante, na qual novos atores substituem os antigos, mas os papéis permanecem mais ou menos inalterados

---

<sup>73</sup> Carbonário. Rio de Janeiro, 05 nov. 1883, p. 2-3.

(Kendrick, 1995: 16-17). O que é considerado pornografia muda, por que mudam os limites do tolerável. Os indivíduos tomavam como pornográficas as coisas que lhes pareciam pornográficas, porque os excitavam, os envergonhavam, feriam seus pudores ou os agrediam, porque essas coisas extrapolavam, de alguma forma, os limites que esses cidadãos acreditavam ser essenciais para o equilíbrio moral da sociedade.

Sendo assim, eu tomo como pornográficas as coisas que os sujeitos contemporâneos à sua produção e circulação tomavam. Não se trata, como espero ter demonstrado, de procurar unanimidades, mas tensões e ambiguidades, tampouco de elaborar um índice, um tanto enfadonho, do que feriu as sensibilidades dos brasileiros na nas últimas décadas do século XIX e, baseada nisso, atribuir-lhe o rótulo pornográfico. Trata-se, ao contrário, de olhar para o rótulo dado e refletir sobre o processo, sobre os porquês, os argumentos, a ameaça que a coisa rotulada representava, sobre as consequências temidas pela sociedade, ou, pelo menos, por aqueles que se arrogavam porta-vozes dela.

### **Bibliografia**

ARCAND, Bernard. *El jaguar y el oso hormiguero – Antropología de la pornografía*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión: 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras: 1987.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Cia das Letras: 1997.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX*.

Cadernos Pagu, n° 28. Campinas, jan/jun 2007.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332007000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100013)



FERREIRA, Daniel. *Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna*. História da Historiografia, número 03. Ouro Preto: setembro 2009 págs.: 123-134.

\_\_\_\_\_. *Pornografia: contornos sócio-históricos do vocabulário em língua portuguesa*. Revista In-Visível, ed. Zero, 2011, p. 47 – 56.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão – Leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. *The Defiant Life and Forgotten Death of Apulco de Castro: Race, Power, and Historical Memory*. EIAL-Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, vol. 10, n° 1, 2008, pg. 81- 101.

HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia*. São Paulo: Hedra, 1999.

KENDRICK, Walter. *El museo secreto: La pornografia en la cultura moderna*. Tercer Mundo Editores, Colombia: 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

MAINGUENEAU, Dominique. *La littérature pornographique*. Armand Colin, Paris: 2007.

O'TOLLE, Laurence. *Pornocopia: porn, sex, technology and desire*. London: 4 Blacstock Mews, 1999.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

VILLA, Marco Antônio. *A História das Constituições Brasileiras*. Leya: Lisboa, 2012.

WILLIAMS, Linda. *Hard Core: power, pleasure, and the “Frenzy of the Visible”*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles: 1999.

### **Fontes Analisadas**

- **Literatura Técnica**

MURRAY, James Augustus Henry, Sir. *A new English dictionary on historical principles: founded mainly on the materials collected by the Philological Society.* London, Philological Society: 1837-1915.

DUNGLISON, Robley. *Medical Lexicon: a Dictionary of Medical Science.* Philadelphia : Blanchard and Lea, 1856.

- **Periódicos: Fundação Biblioteca Nacional (FBN)**

A Pátria

Carbonário

Corsário

Cidade do Rio de Janeiro

Diário de Notícias

Diário de Pernambuco

Distração

Gazeta de Notícias

O Apóstolo

O Paíz

Revista Illustrada